

## **Reflexão do CONSSAT sobre Retorno ao Trabalho Presencial na UFRGS<sup>i</sup>**

A pandemia da COVID-19 chegou ao Brasil no início do ano letivo de 2020. Na ausência de um plano nacional de enfrentamento, diferentes medidas começaram a ser implementadas por governos estaduais e municipais, sem coordenação do governo federal. A única resposta oficial à pandemia foi reativa, baseada na abertura de leitos hospitalares e aumento da oferta de cuidados intensivos, organizando-se uma retaguarda para tratamento clínico de casos graves e redução de mortes. Perdeu-se a oportunidade de aproveitar a capilaridade e a cobertura territorial da rede de atenção primária do Sistema Único de Saúde para o controle da transmissão viral e a prevenção da doença, mediante estratégias efetivas de vigilância epidemiológica.

Em todo o mundo, a pandemia ensejou distintas respostas dos governos nacionais e locais. Sua propagação foi mais rapidamente contida onde as medidas de detecção e isolamento de casos, quarentena de contatos e medidas de higiene, restrição de mobilidade e distanciamento físico, com amplo uso de máscaras, foram adotadas pelo conjunto da população. Em alguns países, como no Brasil, onde o negacionismo disputou com as orientações sanitárias a condução da pandemia, recomendações infundadas ou ambíguas contribuíram para o aumento da circulação do vírus e para a expansão da COVID-19, com grande número de casos e letalidade mais alta.

Para a reabertura de escolas e universidades, precisamos considerar basicamente três condições: baixa transmissão comunitária, que não temos; capacidade de identificar e bloquear surtos, com ampla articulação com a vigilância sanitária, o que não existe; e ADAPTAÇÃO DO AMBIENTE ESCOLAR PARA FACILITAR O CUMPRIMENTO DO DISTANCIAMENTO FÍSICO E AS MEDIDAS DE HIGIENE, que estamos buscando construir.

Reabrir escolas e acolher estudantes e profissionais pode ser a melhor medida, em determinadas comunidades, para garantir a vida, a saúde e a convivência saudável. Em outras, reabrir pode implicar um risco maior. Há conjuntos de recomendações e protocolos elaborados por redes de ensino, organizações da sociedade civil, organismos internacionais. Não faltam protocolos, mas o enfrentamento do problema não se resume a meramente seguir regras, normas e diretrizes sanitárias orientadas por evidências científicas, que são, de fato, necessárias. É preciso articular e mobilizar a Comunidade Universitária e organizações do campo da

saúde, para junto com o setor da educação, apoiar a população neste momento crítico da pandemia: sem controle da disseminação do vírus, milhões de trabalhadores estão sendo obrigados a retomar suas atividades. Uma reflexão da comunidade ampliará o debate para regulamentar as demandas internas e dialogar sobre diferentes setores da gestão pública para além da educação como saúde, assistência, transporte, planejamento, economia, esportes, cultura e segurança.

As deliberações não podem ser tomadas somente por autoridades da Universidade, somente pelas autoridades sanitárias e muito menos pela área jurídica. É preciso reconhecer que as comunidades escolares se compõem de sujeitos capazes de deliberar sobre a sua reabertura levando em conta as questões: Onde? Para quê? Para quem? Como? Quando? Sob que riscos? Quais são as necessidades a serem atendidas para isso? Esse conjunto de perguntas deve ser levado a cada comunidade para que avalie e decida como utilizar o equipamento público.

É necessária, ainda, a integração entre os serviços do SUS, em especial as equipes da Estratégia Saúde da Família em seu território de atuação. As equipes multiprofissionais de saúde podem e devem articular-se em apoio às comunidades acadêmicas neste processo, em particular o Programa Saúde na Escola que mobiliza ações em comum. Acrescenta-se a necessidade de garantir os direitos das pessoas com deficiência e impedir que, no momento da pandemia, haja um retrocesso nas políticas de educação inclusiva e sejam mantidas as orientações de acordo com a Convenção Internacional assinada pelo Brasil.

Em parceria com a comunidade, a UFRGS deve somar forças na luta pelas condições necessárias para o retorno seguro, quando for sua decisão. Nessa estratégia de ocupar a UFRGS, mesmo que atuando pesquisa e funções administrativas e técnicas, que por si só movimentam todos os setores da Universidade (administrativo, técnico, científico, manutenção, engenharia e segurança), proteger as pessoas e recriar a educação, é preciso cultivar, sempre mais, relações de confiança entre os integrantes da comunidade: gestores/as, diretores/as, docentes, profissionais, estudantes e sociedade.

Uma educação integral, sonhada por Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e tantos outros, implica gestão democrática. A democracia vai estimular que cada um, de acordo com suas responsabilidades, se sinta parte da comunidade e contribua, com suas possibilidades, para um ambiente de aprendizagem alegre e solidário. A Educação, a escola, equipamento público, patrimônio social e ativo comunitário, terá enfim condições de, como afirmou Paulo Freire, assumir seu papel de “centro de debates (...) onde a organização popular vai sistematizando

sua própria experiência”, condição crucial para realizar o sentido da educação como condição social e de liberdade.

***A posição do CONSSAT sobre o retorno às atividades presenciais, nas funções de Ensino, Pesquisa e Extensão devem ter, por consequência, a observação das Considerações apresentadas pelo CONSSAT e que seja feito debate e a construção democrática conjunta com a Comunidade Universitária a partir das Entidades de Representação. Retorno às Atividades Presenciais, Só com Segurança.***

---

<sup>i</sup> Com base no documento organizado pela ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva, a partir de Entidades da Saúde e da Educação “Ocupar escolas, proteger pessoas, recriar a educação”. O Documento é resultado do trabalho coletivo de pesquisadores dessas duas áreas, o documento tem por objetivo contribuir para o debate acerca das medidas de prevenção e controle da pandemia no ambiente escolar e sobre a sua ocupação, seguindo os critérios de saúde pública e da realidade educacional do país, apresentado nesta sexta-feira, 23 de outubro.